



Anais da Assembléia

N. 75

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 62.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1987.
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Cândido Bastos e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, Anibal Khury, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (39). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Caíto Quintana, Ezequias Losso, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Orlando Pessuti, Pedro Toneli, Pirajá Ferreira, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (14). Achando-se em licença a Senhora Deputada Irondi Pugliesi (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da Ata, Senhor Presidente.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem).

Senhor Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Senhor Presidente, antes que Vossa Excelência anuncie o resultado, não sabemos qual será o resultado da verificação de quorum, em nome da Liderança do PDT, nós queremos formular o desejo de que hoje se processe a Sessão normalmente, Senhor Presidente.

Ontem, nós já não tivemos Sessão. Em consequência, já teve veículo de comunicação que até explorou o fato como medida negativa, contra essa Casa de Leis, e considerando que todos nós Deputados teremos 31 dias para descanso, vai pegar muito mal para esta Assembléia, Senhor Presidente, que exatamente no último dia de sessão do semestre, esta Casa não tenha suas atividades normais.

Então, em nome da Liderança do PDT, o nosso apelo para que hoje se processe a Sessão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Senhor Presidente, nós gostaríamos de discordar do ilustre Deputado Antônio Belinati, quando o mesmo anuncia que ficaria mal para este Poder Legislativo se não houver sessão. Nós entendemos que é regimental, a chamada nominal dos Senhores Deputados; se alguns dos Senhores Deputados estão com outros compromissos, é evidente que nós temos que seguir o Regimento Interno.

Agora, eu gostaria de dizer ao Deputado Antônio Belinati, e que, o que pega mal, é pessoas pertencentes ao PDT, ajudar, como ajudaram no Rio de Janeiro, quando da presença do Presidente da República.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem).

Senhor Presidente, há uma infração ao Regimento Interno desta Casa, porque não estão em discussão os atos contra o Presidente Sarney, ocorridos tão longe desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa anuncia a presença de vinte e seis Senhores Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão, e a Mesa vai proceder à verificação de votação da Ata.

Senhores Deputados que a aprovam, queiram levantar-se.

Dezenove Senhores Deputados aprovam a Ata. Está APROVADA.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, não é que eu tenha dúvida quanto à Mesa deste Poder Legislativo, mas pelo que me consta só há vinte Parlamentares presentes, e eu sugiro a verificação de votação novamente e a conferência dos Senhores Deputados presentes em Plenário deste Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A votação está aprovada e a Mesa não duvida do Senhor 1. Secretário, segue-se a Sessão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência está sendo arbitrário, Senhor Presidente.

Eu recorro ao Plenário para que Vossa Excelência faça a verificação, porque não existe o número anunciado pelo Senhor Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra na ordem de inscrição pessoal ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Esses atos são praticados por Vossa Excelência há muito tempo, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço a Vossa Excelência, mas não tenho o direito de duvidar da contagem do 1. Secretário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Este é o exemplo que a Assembléia Legislativa dá ao povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita ao Senhor 1. Secretário que faça a leitura do Expediente.

O SR. 1. SECRETÁRIO - procede à leitura do

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os ns. DTL/53 e 54/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei ns. 024/87 e 192/86, os quais convertidos em Lei toma-

ram os ns. 8.490 e 8.491, respectivamente. Anote-se- Arquive-se.

Mensagem:

MENSAGEM 85/87

Curitiba, 30 de junho de 1987.

Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no art.22, inciso I, da Constituição Estadual e conforme entendimento dessa Augusta Casa de Leis em relação ao Governo passado, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar autorização para meus eventuais afastamentos do País, que, no interesse da Administração, venham a ser necessários.

Tal autorização, poderia, de forma genérica, permitir os afastamentos que se verificarem até o final do corrente ano, fazendo-se de cada um, expressa comunicação a essa Assembléia Legislativa.

Esperando que a presente solicitação possa merecer apoio e conseqüente aprovação dessa Colenda Casa, valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 30.06.87

(a) Governador do Estado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 214/86, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inscrito nos anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário CLT, da Assembléia Legislativa, Senhor JOSÉ RODRIGUES DE MORAES, ocorrido na manhã de hoje, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

Senhor José Rodrigues de Moraes, funcionário CLT, desta Casa, cunhado do ex-Deputado Fuad Nacli; de origem mineira, foi servidor desta Casa de Leis por mais de 15 anos, tendo sempre cumprido suas tarefas com servidão e abdicção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do benquisto funcionário Senhor José Rodrigues de Moraes, ocorrido no dia 29 de junho, nesta Capital.

O extinto, ex-funcionário deste Poder, desempenhava as funções de Agente Administrativo e trabalhava há muitos anos nesta Casa.

Com o seu desaparecimento, deixou marcas profundas dentro do seu ambiente de trabalho e de sua família, onde jamais será esquecido pelos nobres Deputados, amigos e funcionários.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam manifestados aos familiares da Senhora Leocádia Francisca Grochoski, votos de profundo pesar pelo seu passamento, ocorrido às 04:00 horas do dia 24 de junho em curso, nesta Capital, aos 94 anos.

Pertencente à tradicional família pontagrossense, a extinta era viúva do Senhor Bernardo Grochoski e deixa os seguintes filhos: Dr. Aluisio Grochoski, Diretor do Posto de Assistência Médica da INAMPS, em Ponta Grossa, casada com a Senhora Idumea, Valentim casado com a Senhora Gertrudes, Modesto casado com a Senhora Janina, Francisco, Edvirges e Gertrudes, solteiros, netos e bisnetos.

O infausto acontecimento abalou de forma profunda a sociedade local, onde a Senhora Leocádia gozava do mais alto conceito e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, REQUER ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Balduino Taquês, n. 515 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inscrito nos anais desta sessão, um voto de profundo pesar, pelo funcionário CLT, desta Casa, Senhor José Rodrigues de Moraes, ocorrido na manhã de hoje nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Rodrigues de Moraes, era funcionário desta Casa de Leis há mais de 15 anos, tendo sempre cumprido suas tarefas com total abdição. De origem mineira, cunhado do ex-deputado Fuad Nacli, acabou falecendo no cumprimento de seu trabalho dias antes de sua aposentadoria. Idealista por natureza, tinha como uma das metas de sua vida, por ser sozinho, deixar seus bens para o Hospital de Queimados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, Presidente Nacional da ABRAVE, pela luta em favor do consumidor brasileiro, derrubando o empréstimo compulsório sobre veículos e aumentando o prazo de financiamento, medidas que aliviaram parcialmente a crise da indústria automobilística, responsável por quatro milhões de empregos no país.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao congratulado.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, solicita a inserção nos Anais da presente sessão de voto de congratulações e apreço à nova diretoria do Diretório Central dos Estudantes - DCE, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, a serem empossados hoje, 26 de junho de 1987, no campus universitário do Guabirota.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Movimento estudantil é a matriz generosa de boas lideranças políticas. É o espaço onde a Escola educa para a Liberdade e realiza, efetivamente, a formação das personalidades. Um DCE independente e criativo, desatrelado de forças políticas estranhas à Universidade, é condição de avanço e serviço aos moços e moças da PUC, e pode se transformar em espaço de solidariedade e humanismo, capaz de realizar nos vários cursos a idéia da "polis" - isto é, do espaço político que constrói o futuro, semeia a esperança.

Esta Assembléia, ao inserir nos Anais a menção à posse da nova diretoria do DCE da PUC, demonstra identidade com a juventude e abertura para as idéias de renova-

ção. Isto é sinal evidente de vida inteligente num parlamento. Ao mesmo tempo reconhece, ainda uma vez, a contribuição cultural inegável da Pontifícia Universidade Católica, e de sua entidade estudantil máxima, a este Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, o adiamento por cinco sessões, da discussão e votação para o Projeto de Lei n. 239/86, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei Complementar n. 329/85, pelo prazo de dez sessões.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado cópia deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, MD. Secretário de Estado da Educação, solicitando sua especial atenção para que seja determinado o chamamento e conseqüente nomeação dos professores remanescentes do "Concurso Público" para ingresso no Magistério - Nível de Atuação 1.ª a 4.ª Séries, realizado em 1985, afim de serem preenchidas as vagas existentes nos municípios.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1987, foi realizado "Concurso Público" para ingresso no Magistério - Nível de Atuação 1.ª a 4.ª Séries, onde um bom número de candidatos foi aprovado e nomeado.

Inobstantemente algumas nomeações feitas, sabe-se, claramente, que existe uma carência de professores na rede de ensino estadual, principalmente, em determinados municípios. Por essa razão, este Parlamentar, com o devido respeito, solicita ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Educação, Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, sensível aos problemas que envolvem a área educacional, determine o chamamento, por ordem de classificação, dos professores remanescentes, viabilizando suas nomeações para os municípios mais necessitados. Com essa medida, extirpe de dúvidas, viria atender não só a uma gama de municípios carentes, como e principalmente, dar

oportunidade àqueles remanescentes para que ingressem e iniciem na nobilitante carreira do magistério paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ - Ivanir Ogliari, através da Secretaria da Agricultura, solicitando a implantação de um Posto Avançado da Companhia no Município de Paiçandu.

Sala das sessões, em 30.06.87

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Por se tratar de um Município essencialmente agrícola, com produção grande e diversificada, a população local tem cobrado da administração municipal e estadual a referida implantação, tendo em vista as dificuldades encontradas pela comunidade, vindo essa implantação minimizar os problemas nesse setor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, Rubens Bueno, solicitando a implantação do Escritório Regional da referida Secretaria no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cianorte centraliza uma vasta região, vindo a implantação do Escritório Regional beneficiar aproximadamente doze Municípios circunvizinhos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, HEINZ GEORG HERWIG, solicitando o recapeamento da PR-323, no trecho entre Maringá e Cianorte.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o intenso tráfego de veículos, em grande parte pesados, uma vez que se trata de uma região eminentemente agrícola que necessita escoar sua produção, o trecho encontra-se em péssimo estado de conservação, dificultando o trânsito para os usuários.

As condições da estrada prejudicam, inclusive, o setor industrial, já que é grande o número de indústrias instaladas no referido trecho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A, JOÃO CARLOS FINARDI, solicitando a implantação de um Posto Avançado do Banco no Distrito de Água Boa, Município de Paçandu.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Este pleito representa uma antiga reivindicação da comunidade local, que totaliza 3.500 habitantes, não possuindo qualquer serviço bancário, o que obriga a um deslocamento para Paçandu, a 12 quilômetros de distância.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a A.P.M.I. de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A A.P.M.I. de Campo Mourão presta excelentes serviços à comunidade local. Entretanto, por problemas de ordem financeira, a entidade necessita de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços na área de assistência social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor HEINZ GEORG HERWIG, solicitando ao mesmo as obras para reconstrução de uma ponte na estrada denominada "PINGUIM", ligando os municípios de Maringá e Floresta.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em consequência de fortes chuvas ocorridas no mês passado, a referida ponte, ligando os municípios de Maringá e Floresta, caiu interrompendo desta forma o tráfego naquele trecho da estrada denominado "Pinguim", e principalmente causando difi-

culdades de locomoção para aproximadamente 300 famílias que habitam nas imediações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação, em caráter de urgência, de uma linha de crédito que possibilite, em condições compatíveis com as atividades do segmento da microempresa, a negociação global de sua dívida, considerando o excedente não coberto pela Resolução 1.335 do Banco Central.

1. Governador do Estado Álvaro Dias.

2. Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, Senhor João Carlos Finardi.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A implantação pelo Governo Federal, de recentes medidas de apoio financeiro às micro e pequenas empresas, consubstanciadas na Resolução 1.335 e Circular n. 1.182, de 10.06.87, do Banco Central do Brasil, proporcionou um certo alento à categoria, às voltas com pesados encargos do serviço da dívida oriunda de empréstimos contraídos, pelos microempresários, principalmente à época do plano cruzado, situação agravada pela queda do futuramento.

Entretanto, o critério contido no inciso V da Resolução 1.335, limitando a renegociação a 20% do faturamento da empresa no ano civil de 1986, gerou grande apreensão junto ao segmento, tendo em vista a insuficiência desse limite para cobertura dos encargos e o principal da dívida.

O faturamento em 1986 não alcançou, certamente, a expressão monetária devida, certamente, pela conjugação de dois fatores: o congelamento relativo de alguns preços, e por outro lado, a ocorrência de sobrepreço (ágio).

Paralelamente, a massa da dívida cresceu assustadoramente, face a exacerbação dos índices de variação da LBC e juros.

Por conseguinte a utilização do faturamento de 1986 como critério levará, com certeza, a uma injusta aferição do quantum a ser negociado da dívida, gerando excedentes significativos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído nos Anais desta Casa, a matéria de autoria do jornalista Renato Schaitza sob o título "CHEQUE EM BRANCO", publicada na 4.ª página do jornal CORREIO DE NOTÍCIAS

no dia 25 de junho de 1987.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 119/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual PRINCESA ISABEL - Ensino de 1.º e 2.º Graus", com sede e foro no Município de Cêro Azul.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública desde sua fundação vem prestando assistência aos alunos quanto às dúvidas existentes no ensino, bem como o entrosamento entre pais, professores e alunos para o bom desempenho do estudante e sua sociabilidade perante a comunidade.

Isto posto, solicito dos nobres pares desta Casa, o apoio para o presente Plano de Lei e sua posterior aprovação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÊRO AZUL
ESTADO DO PARANÁ

LEI N. 010/86

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual "Princesa Isabel" - ensino de 1.º e 2.º Graus na cidade de Cêro Azul.

A Câmara Municipal de Cêro Azul, Estado do Paraná aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei,

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Colégio Estadual Princesa Isabel - ensino de 1.º e 2.º Graus desta Cidade.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cêro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em 01 de setembro de 1986.

JÚLIO PRZYSIADA NETO
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI N. 120/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RU-

RAIS DE MARIALVA, com sede e foro no Município de Marialva.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços aos trabalhadores rurais daquela região, com a promoção de distribuição de medicamentos e agasalhos, na medida de suas possibilidades, além do atendimento médico e odontológico a um grande contingente de trabalhadores e pequenos agricultores.

Anexamos ao presente Plano de Lei a documentação necessária para sua tramitação, atendendo o que preceitua a Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, esclarecendo que nos estatutos da entidade, devidamente registrados, fica estabelecida a obrigação de gratuidade no exercício dos cargos da Diretoria.

Assim sendo, esperamos o apoio e consequente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 121/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços aos trabalhadores rurais daquela região, com a promoção de distribuição de medicamentos e agasalhos, na medida de suas possibilidades, além do atendimento médico e odontológico a um grande contingente de trabalhadores e pequenos agricultores.

Anexamos ao presente plano de Lei, a documentação necessária para sua tramitação, atendendo o que preceitua a Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, esclarecendo que nos estatutos da entidade, devidamente registrados, fica estabelecida e obrigatoriedade do exercício gratuito dos cargos da Diretoria.

Assim sendo, esperamos o apoio e consequente aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 122/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Camargo, com sede e foro no município de Doutor Camargo.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços aos trabalhadores rurais daquela região, com a promoção de distribuição de medicamentos e agasalhos, na medida de suas possibilidades, além do atendimento médico e odontológico a um grande contingente de trabalhadores e pequenos agricultores.

Anexamos ao presente plano de Lei, a documentação necessária para sua tramitação, atendendo o que preceitua a Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, esclarecendo que nos estatutos da entidade, devidamente registrados, fica estabelecida a obrigação de gratuidade no exercício dos cargos da Diretoria.

Assim sendo, esperamos o apoio e consequente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 123/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Guntolf Van Raick.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Engenheiro Agrônomo, Bacharel em Administração de Empresas, Conferencista, Guntolf Van Raick é, também, um "Cooperativista" com vasta e invejável experiência.

A idéia do cooperativismo, é uma característica marcante na vida de Van Raick, que conhece, melhor do que ninguém, a ideologia do cooperativismo. Esta ideologia - defendida com muita convicção por Guntolf Van Raick - parte do princípio de uma auto-defesa dos mais fracos e se notabiliza pela auto-ajuda, administração e solidariedade entre os membros de uma cooperativa, onde a importância fundamental está na participação de pessoas e não de capital.

A participação de Guntolf Van Raick, em Comissões Consultivas e Executivas, em

cargos que foram num crescendo, de ~~Membro~~ Titular a Diretor, Vice-Presidente e Presidente, conferem ao Cidadão Van Raick a experiência que o torna um "expert" em cooperativismo. Toda esta experiência e conhecimento sobre o assunto, resultou de sua dedicação, aplicação e vivência do dia-a-dia no trabalho, todo ele voltado para a área rural.

Em suas palestras e conferências, Guntolf Van Raick, consegue prender a atenção de todos, através de sóbrias e precisas exposições sobre todos os tipos de cooperativismo.

Enumerar as razões que nos motivaram a conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Guntolf Van Raick, seria uma tarefa extensa e que aqui não caberia. Limitamo-nos a dizer que a homenagem prestada a este "Cooperativista Convicto", nascido em Guaraqueçaba, aqui mesmo, no Paraná, é justa e merecida, e representa um estímulo à sua vida laboriosa em prol do cooperativismo.

PROJETO DE LEI N. 124/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhão, com sede e foro na cidade de Pinhão, Paraná.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Pretende o presente Projeto de Lei, em justo reconhecimento aos relevantes e efetivos serviços prestados à comunidade carente do Município de Pinhão, declarar de Utilidade Pública Estadual, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhão, Estado do Paraná.

Para tanto, juntamos ao presente, a documentação exigida para tal fim, através da Lei n. 6.994/78; tais como, declaração de inexistência de vínculo funcional, ata da Diretoria atual, cópia dos Estatutos, Programas de atividades e o Balanço financeiro do exercício de 1986.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N. 125/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Nipo-Brasileira de Campo Mourão, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade possui uma sede social, junto ao Centro Poli-esportivo, com área de aproximadamente 30.000m2 onde os seus associados se reúnem semanalmente e durante o transcorrer da sua programação normal, quer seja em eventos esportivos, culturais e obras filantrópicas.

O objetivo da sociedade é de manter as chamas de brasilidade entre os associados e os demais segmentos da sociedade que eventualmente participam dos eventos durante as programações, e também a prática da filantropia.

Possui na sua programação eventos de destaques inter-municipais e também os que dizem respeito à própria comunidade, como o aniversário da cidade, no mês de outubro, e também nas programações esportivas municipais e regionais.

Promove, também, o intercâmbio cultural e os eventos filantrópicos, conforme já se provou.

As suas atividades, durante o ano de 1986, se acham devidamente comprovadas pelo Calendário Anual das Atividades em anexo. O calendário foi totalmente cumprido.

As atividades da sociedade estão sendo efetivamente cumpridas, inclusive os do ano em curso.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Aprovada a Ata e lido o Expediente, passamos ao Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Basílio Zanusso, do PFL.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Seria muito lamentável que a Bancada governista, na sessão de encerramento do período, usando de artifício e até de amparo regimental, evitasse que esta Casa não realizasse a sua sessão. Não sei se houve desobediência a algum dispositivo regimental, mas é necessário que se dê oportunidade aos Senhores Deputados que se encontram em seus gabinetes de chegarem ao Plenário para responderem a chamada nominal ou registrar com suas presenças a possibilidade de quorum para continuidade desta sessão.

Fazendo uso no Pequeno Expediente da palavra, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Em meio à sucessão de escândalos que vêm marcando e abalando o Governo do PMDB do Paraná, desde a administração do Senhor José Richa, um nos chama particularmente a atenção, não só pelo vulto alcançado, mas, especialmente, por envolver a briosa classe dos servidores públicos estaduais.

Refiro-me às denúncias de irregularidades registradas na distribuição de unidades habitacionais, construídas pelo IPE, na cidade de Maringá, pondo em choque frontal, facções do partido governista naquele que é o terceiro ou quarto município do Paraná.

O objetivo do IPE, ao intermediar a construção de casas ou apartamentos, em diferentes pontos do Estado, é o de proporcionar, aos servidores públicos a aquisição da casa própria. E centenas, senão milhares, de unidades já foram construídas.

Esperava-se, no entanto, que a distribuição dessas casas ou apartamentos obedecesse a um seguro critério de justiça, mas, o que vem à tona, agora, é uma estranha e chocante estória de compadrismo, protecionismo e tráfico de influência, deixando claro que nem sempre isso acontece. Evidenciando, a todo o funcionalismo, que para adquirir a sua moradia, através do IPE, nem sempre basta inscrever-se em primeiro lugar ou preencher todos os requisitos exigidos. É preciso mais. É preciso ter a indicação, a recomendação, a chancela de um chefe político do PMDB.

O fato é deveras contristador, pois, afinal, aqueles que hoje detêm o poder muito criticaram os maus costumes do passado. Muito prometeram, em termos de moralização e de transparência na administração pública.

O que se vê, porém, mais uma vez, é a prática distanciando-se da teoria, quando não, com ela se chocando inteiramente.

Aí estão os escândalos, uns após outros, emoldurando e pondo à mostra a fragilidade do PMDB e de seus integrantes. É só lembrar a sequência de episódios que marcaram o governo José Richa, todos conhecidos e repudiados pela opinião pública paranaense, mas nem por isso apurados convenientemente, para a exemplar punição dos responsáveis.

E a série avança agora pelo atual Governo onde os escândalos também se sucedem: PROMOPAR, CLASPAR, MERENDA ESCOLAR e IPE. Escândalo do Porto e tantos outros, todos eles, que fique bem claro, protagonizados por gente do PMDB, muito embora, ao denunciá-los, o Governador Álvaro Dias jamais tenha se preocupado com o "Detalhe". Ao contrário, o faz, sempre, como se apontasse à execução pública inimigos ou adversários políticos, nunca companheiros de partido!

No caso específico do IPE, em que as trocas de acusações ainda não chegaram ao fim, existe, segundo notícias da imprensa, uma sindicância aberta para apurar os fatos. Resta-nos esperar que ela apure, realmente, e que os culpados, se existirem, sejam exemplarmente punidos.

Mas, é preciso também que as conclusões dessa sindicância, sejam quais forem, cheguem a esta Casa, para o conhecimento dos Senhores Deputados. Afinal, não pode o Legislativo ficar à margem de tudo o que se passa no Governo reconhecidamente pouco ou nada transparente do PMDB. Nesse sentido, fazemos um apelo à mesa, para que assim diligencie, e ao próprio Governador, para que não nos prive da possibilidade de conhecer e examinar tudo o que for apurado em mais esse escândalo de conhecimento público".

(Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao próximo Orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Em primeiro lugar eu gostaria de parabenizar a Mesa pela decisão anteriormente tomada, que pelo menos permitiu que nesta última sessão este Parlamentar pudesse se pronunciar, porque vem esperando desde ontem a oportunidade em reclamar do Governo Federal algo de muito importante para a nossa Região do Oeste do Estado do Paraná.

Temos sobre a Mesa, Senhor Presidente, um requerimento em que nós dirigimos ao Governador Álvaro Dias no sentido de apoiá-lo em sua firme decisão de arrancar do Governo Sarney os recursos que o Sul precisa para poder tomar viável a manutenção da Superintendencia de Desenvolvimento do Sul. Dos Cz\$ 3 bilhões pedidos, apenas Cz\$ 400 milhões estão sendo, planejados para o Orçamento do ano que vem para os três Estados do Sul, enquanto que o Paraná pedia Cz\$ 1 bilhão e 200 milhões para atender as necessidades prioritárias do nosso Estado.

Mas ao mesmo tempo que apoiamos o Senhor Governador do Estado no sentido inclusive de ameaçar com rompimento em relação ao Governo Sarney - conforme noticiário nos jornais - se o Sul não vier a ser atendido, queremos também fazer uma solicitação ao Senhor Governador do Estado, o que fazemos através deste requerimento. Examinando a proposta do Governo do Estado do Paraná ao Ministério do Interior, junto com os Governos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, lamentamos encontrar a evidência de que mais uma vez o Oeste do Estado do Paraná está sendo enganado. Mais uma vez o Oeste do Estado do Paraná não é considerado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque o Programa de Desenvolvimento do Oeste do Estado do Paraná - O PRODOPAR - que ficou sem recursos desde

1985, não consta da proposta do Governo à SUDESUL para que seja atendido, uma vez que foi interrompido quando exatamente atendeu as necessidades e as prioridades - não da Região Oeste do Estado do Paraná - mas as necessidades da Itaipu-Binacional.

O Programa PRODOPAR, depois de atender as necessidades básicas de Itaipu Binacional, deixou de ser interessante para o Governo da União e passou desde então a ficar sem orçamento.

Pese, Senhor Presidente, um exemplo de irresponsabilidade administrativa e política da parte do Governo da União com a utilização de subterfúgios e engodos quando, reconhecendo a necessidade de ressarcir parte da contribuição do Estado do Paraná no esforço energético brasileiro, o Governo Federal retirou recursos destinados à recomposição da malha viária na Região Oeste para ampliar, reforçar pontes para servir de trânsito fácil para os transportes pesados de Itaipu.

Eu acho que ficaram abandonados os programas que visavam atender ao saneamento básico, ficaram interrompidos, mas uma meia dúzia de pequenas praias foram lá construídas. Entretanto, os recursos para o desenvolvimento, para fazer frente as mudanças ecológicas produzidas pelo lago, ficaram completamente prejudicados, porque o Governo deixou de injetar recursos.

Por isso exigimos providências hoje ao Chefe do Estado do Paraná, o Governador Álvaro Dias, que certamente haverá de entender a voz dos oestinos, porque lá está se deflagrando, efervescendo, um movimento chamado "movimento em prol do Estado do Iguaçu". E não é possível que possamos voltar as costas a esta riquíssima região deixando de atender o pleito que a mesma vem fazendo desde 1985. Por isso estamos apoiando o Governador Álvaro Dias, quando ele exige da União os recursos para a SUDESUL, mas queremos também que o Governador Álvaro Dias lembre-se do Oeste do Estado e o inclua no seu programa, no carreamento desses recursos o ressurgimento do PRODOPAR, tais recursos nos são devidos porque fomos os mais sacrificados do Oeste em relação à construção da Usina de Itaipu-Binacional.

Essa é a razão, Senhor Presidente, do nosso requerimento, deixando registrado nesta Casa o nosso profundo pesar por ter sido esquecido o Oeste do Estado no momento em que se elaboraram os programas para pleitear recursos junto à SUDESUL.

E queremos, então, que o Governador Álvaro Dias, faça constar também este pedido do Oeste do Estado, expressando assim o seu apoio à nossa região, incluindo o programa do PRODOPAR nos seus pedidos na questão da SUDESUL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente o Senhor Deputado Erondy Silverio, próximo orador inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós vamos apresentar um requerimento à consideração da Casa mas, provavelmente, não vai haver número para sua aprovação. É um requerimento congratulando-nos com o Dr. José Carlos Gomes de Carvalho. Não o Secretário da Indústria e Comércio, mas o Presidente Nacional da ABRAV, pela luta em favor do consumidor brasileiro derrubando o empréstimo compulsório sobre veículos e aumentando o prazo de financiamento. Tais medidas, embora pálidas, aliviaram parcialmente a crise da indústria automobilística nacional responsável por quatro milhões de empregos no País.

Vamos encaminhar à Mesa este requerimento Senhor Presidente.

Mas o que nos traz à tribuna, efetivamente, foi a leviandade do ex-Deputado Olivir Gabardo, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, não se apercebendo da importância das funções que exerce, ou por outra, não respeitando a majestade de suas funções, quando divulgou à imprensa, não sei com que intuito, relatório parcial de auditoria feita na Câmara de Vereadores em Curitiba, Câmara Municipal de Curitiba, do Poder Legislativo da Cidade.

Dizemos leviandade porque Sua Excelência não podia, absolutamente, antes da matéria transitar em julgado, adiantar qualquer acusação aos membros do Poder Legislativo da Cidade, enlameando trinta e três famílias como se todos fossem ladrões do dinheiro público, sem ouvir as justificativas do Presidente do Legislativo Municipal, Vereador Horácio Rodrigues, atingindo pessoas dignas, como os então nobres Vereadores Algaci Túlio e Rafael Greca.

Não podemos aceitar o ocorrido, porque se a moda pega, Senhor Presidente e Senhores Deputados, amanhã virá este cidadão aqui dentro desta Casa e de órgão auxiliar do Poder Legislativo Estadual o Tribunal de Contas passará a censor deste Poder. Há que haver uma reação contra esse tipo de leviandade, pois é inaceitável em homens públicos que exercem funções de tanta importância, como a Presidência do Tribunal de Contas do Estado.

Gostaríamos que Sua Excelência antes que divulgasse relatório de uma auditoria parcial, divulgasse as mordomias e os desmandos que ocorrem dentro do Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento também da opinião pública. Se não o fizer, nós o faremos desta tribuna no mês de agosto, para provar que os corruptos não são os vereadores curitibanos, mas os que estão

aqui mesmo no Centro Cívico, naquela Corte de Contas do Estado.

Não queremos, absolutamente, fazer a defesa do erro, e nem justificar atos desairosos contra o patrimônio do povo. Se existem erros, devem ser corrigidos e responsabilizados os seus autores. Mas, quando isto for julgado por aquela Corte. E vimos que um próprio Conselheiro do Tribunal de Contas insurgiu-se contra atitude inusitada do ex-Deputado Olivir Gabardo, hoje respondendo pela Presidência do Tribunal de Contas do Estado.

Queremos consignar, Senhor Presidente, na Ata dos trabalhos o nosso protesto e advertir que esta Casa não é a Câmara Municipal de Curitiba, sendo aquela Corte apenas um poder auxiliar da Assembléia Legislativa e que na futura Constituição do Estado, quando adaptarmos a nossa Carta à Federal, vamos colocar o Tribunal de Contas no lugar que deve estar: como poder auxiliar do Poder Legislativo do Estado.

Estas as palavras que quero que fiquem lavradas na Ata, em protesto contra o ex-Deputado Olivir Gabardo, que não soube respeitar a honra e dignidade de legítimos representantes do povo curitibano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio, seguinte orador inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos, ao final deste período, expressar também a nossa preocupação com o que está acontecendo neste País. O povo está agora enfrentando uma nova crise, e ele, que tinha esperança na tabela que a SUNAB teria a divulgar, mais uma vez se vê traído. Traído, quando constata que os preços da tabela são mais altos que os preços que determinados supermercados estavam praticando.

E a propósito, hoje o jornalista Nireu Teixeira fez uma matéria muito interessante, onde disse que por mais boa vontade que se queira ter em relação ao novo plano econômico do Ministro Luiz Carlos Bresser, uma série de fatos conspira contra ele. As tarifas dos serviços públicos foram aumentadas em índices superiores à inflação, operando um efeito em cadeia que passa pelo mercado e vai estourar no bolso do consumidor.

Como se isto não bastasse, a tabela divulgada pela SUNAB que demorou bastante para ser distribuída - reservava uma surpresa ainda mais desagradável para quem vive de salário, especialmente para as classes menos favorecidas. Os preços foram tabelados, em grande parte, acima do que

estavam sendo cobrados nos supermercados.

E sobre esta situação os jornais publicaram no final de semana, com uma série de reportagens. Mas, da minha parte vou ficar com um levantamento que tenho em mãos, onde pode-se verificar a disparidade de preços em determinados produtos. Para que os Senhores tenham uma idéia.

O arroz agulhinha - tipo 2, em janeiro de 1987 custava Cz\$ 6,00 o quilo, e agora em junho está custando Cz\$ 18,00, com um acréscimo portanto, de 172,8%.

A farinha de trigo, em janeiro custava Cz\$ 2,00 em junho, passou para Cz\$ 13,00, com aumento de 550%, Senhores Deputados.

O sal Cisne, estava Cz\$ 1,60 em janeiro e Cz\$ 10,50 agora em junho. Aumento de 556%.

O leite em pó, uma lata de 400 gramas, custava em janeiro Cz\$ 14,20 e agora está custando Cz\$ 58,00, com um aumento de 308%.

O leite tipo "C", o pacote custava Cz\$ 2,80, em janeiro e Cz\$ 16,00 agora. Um aumento de 411%.

Mais ainda Senhores Deputados.

O leite condensado, a lata custava Cz\$ 7,70 e agora Cz\$ 24,00. Um aumento de 341%.

A maizena, pacote de 500 gramas, custava Cz\$ 2,95, em janeiro, Cz\$ 14,10 agora. Um aumento de 377%.

O pão francês, 50 gramas custava Cz\$ 0,30 em janeiro, passou para Cz\$ 1,90 agora. Um aumento de 533%.

Água sanitária, Q'Boa, que custava Cz\$ 2,35 em janeiro, hoje custa Cz\$ 17,80, tendo um acréscimo de 570% de janeiro até agora;

O papel higiênico que foi encontrado à farta na Secretaria de Educação, criando até uma revolta do atual Secretário - custava Cz\$ 1,00 em janeiro e Cz\$ 5,00 agora. um acréscimo de 400%.

Essa é a situação em que se encontra o povo brasileiro recebendo, o que é pior ainda, uma tabela de preços beneficiando os comerciantes de supermercados, e que foi feita, na verdade para os ricos e não para os pobres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a para ao Senhor Deputado Paulino José Delazeri, seguinte orador inscrito.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vejo que a maioria dos pronunciamentos feitos nesta Casa, no dia de hoje, coincidem nos seus objetivos.

E estamos aqui também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para manifestar a nossa indignação frente ao grave

problema da tabela de preços da SUNAB, que altera os preços prejudicando o consumidor e privilegiando os grandes empresários na área do comércio.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Não só viemos aqui manifestar a nossa indignação, mas também dizer que encaminhamos solicitação hoje pela manhã ao Governador Álvaro Dias e ao Ministro da Fazenda, pedindo sumariamente a demissão do Superintendente Regional da SUNAB, que, de má fé, ou por incompetência administrativa, lesou profundamente e mais uma vez o consumidor, portanto o trabalhador.

Ainda não sabemos se assim procedem por incompetência administrativa ou em conluio com o grande empresariado na área do comércio, pois esta tabela anuncia preços muito maiores do que os praticados pelo comércio no dia 12 deste mês.

Senhor Presidente, além desta política econômica financeira adotada pelo Governo Federal, estar mantendo os privilégios do capital especulativo, que adotam juros a 22% ao mês, nas principais áreas de financiamento, e além de estar cobrando custo financeiro incompatível com a atividade econômica produtiva, veio, sobremaneira, achatar e acabar com o poder aquisitivo da maioria dos trabalhadores.

E isto já foi motivo aqui de um abaixo assinado de vinte e três Deputados do PMDB, pedindo alteração da atual política salarial, por outra que venha ao encontro dos interesses dos trabalhadores e não em favor do grande empresariado e em detrimento do salário.

Viemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, manifestar esta indignação que já foi expressa pelo Deputado Algaci Túlio, mostrando com dados concretos a disparidade entre os preços praticados pelos supermercados e a tabela emitida pela SUNAB. Viemos aqui nos pronunciar e pedir que o Governo do Estado, através de Álvaro Dias, diga ao Ministro da Fazenda que não acreditamos mais nele, porque a sua política vem ao encontro dos interesses estrangeiros, principalmente do FMI, com o achatamento de salários, e adota uma política de exportação e penaliza novamente o capital produtivo.

Mesmo não confiando, encaminhamos telenex a este ministro, pedindo a imediata demissão do Superintendente da SUNAB, por estar praticando a usura, aliado aos grandes comerciantes que já tinham tido seus preços adotados no pico na época do congelamento, e que agora foram majorados ainda mais, ao serem regulados pela tabela daquele órgão.

É esta a nossa manifestação, Senhor Presidente, e gostaríamos de dizer que se, imediatamente, o Governo Federal não adotar uma política salarial diferenciada

desta que aí está, os salários que neste momento já sofrem uma corrosão da ordem de 37%, serão ainda mais achatados no período do trimestre em que vigorará o congelamento de preços.

A recessão é iminente. Está aí o empresariado moderno nacional pedindo ao governo que aumente o valor dos salários, e que os recomponha sob o risco de que se não adotar esta política, o setor produtivo irá definitivamente à falência, como já se encontra, situação que pode se agravar acabando numa recessão profunda.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Vamos perseguir, mesmo durante o recesso parlamentar, a mobilização da comunidade organizada dos Sindicatos e das Associações, no sentido de tentar sensibilizar estas autoridades, hoje insensíveis e entreguistas, no sentido de mudar esta política econômica que tanto prejudica os trabalhadores.

Basta dizer e citar como exemplo que 35% dos trabalhadores deste País vivem com menos de um salário-mínimo ou na faixa de apenas um salário. E hoje, uma família que consome sessenta litros de leite por mês, não atingiria os padrões mínimos definidos pela organização mundial da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que está esgotado o seu tempo e que ele pode ser prorrogado.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Solicito só mais um minuto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede mais vinte segundos para Vossa Excelência.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - E uma família que consome sessenta pães por mês, dois pães diários ou noventa por mês, três pães por dia, gastará Cz\$ 1.500,00 somente neste alimento. No consumo do leite, o que não sustenta nem uma criança, que dirá uma família de quatro ou cinco membros!

Agradeço, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, seguinte orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero deixar registrado nesta Casa o meu voto de repúdio à "máfia" que controla o Porto de Paranaguá, elementos que já deveriam estar na cadeia há muito tempo, e, lamentavelmente, não sei o que acontece neste País, em que as penitenciárias estão superlotadas de "pés-de-chinelo", enquanto "colarinhos brancos", continuam roubando,

assaltando e desmandando na Nação brasileira!

Um carro da "FOLHA DE LONDRINA", Senhores Deputados, foi perseguido na cidade de Paranaguá. Mexeram no carburador, e furaram o pneu do carro que faz circular aquele jornal. E a mesma coisa ocorreu com o Jornal "CORREIO DE NOTÍCIAS", que tanto destaque tem dado ao caso LEON ELIACHAR, como também com o Jornal "O ESTADO DO PARANÁ", a "TRIBUNA DO PARANÁ", e os demais Jornais da nossa Capital. Isto quer dizer que estamos correndo um grave risco de vida.

O carro da Folha de Londrina saiu, em pânico e desespero, esta semana de Paranaguá! Por quê? Porque começou a denunciar os desmandos do Cônsul de Paranaguá e hoje no jornal da Rede Globo, no Programa BOM DIA PARANÁ, esse Cônsul fala e nada esclarece. Cônsul que aliás, não paga Imposto de Renda, enquanto eu pago, o pobre paga. Gostaria de saber se esse homem paga Imposto de Renda para o Brasil. Ele tem uma mansão que ocupa duas quadras, como diz o Deputado Algaci Túlio, tem Mercedes Benz, é um homem bilionário! Eu sou Deputado, moro em um apartamento financiado pelo BNH, descontam-me aqui mais de Cz\$ 10 mil de Imposto de Renda, pago Imposto de Renda da minha Agência de Publicidade, a minha esposa paga Imposto de Renda. Agora eu pergunto, esse Cônsul paga Imposto de Renda?

O homem desfila em Curitiba, de Mercedes, come nos melhores locais de Curitiba, vai à Rede Globo hoje, e mostra um "diabo" de um mapa, não fala "coisa com coisa", pensando que eu sou trouxa, que eu sou palhaço, que na CPI da Corrupção todo mundo é palhaço, que os Senhores Deputados que aqui estão são palhaços, que o Paraná é palhaço, quando diz que não existe contrabando, que o Porto de Paranaguá vive às mil maravilhas! Ora! Será que o Paraná está pintado de palhaço? Será que não existe um homem nesta Nação brasileira para pegar o "diabo" desse homem e metê-lo na cadeia, ou mandá-lo embora deste País? O homem era juiz de futebol, tem uma mansão, uma mansão como eu nunca vou ter na minha vida, enquanto existem milhares de favelas e quando o povo está passando fome nesta Nação.

E quando eu pego os jornais de hoje, e vejo na tabela da SUNAB que um litro de leite ou sei lá, uma caixa de farinha custa, dois cruzados e que na tabela da SUNAB onde tudo é mais caro, custa dez cruzados.

Então eu não estou entendendo mais nada do que acontece neste País!

Deixo aqui o meu voto de repúdio aos "mafiosos" que controlam o Porto de Paranaguá!

Correm risco de vida os repórteres que

trabalham, que denunciavam, os repórteres de jornais, os repórteres de televisão, como também eu e os meus companheiros que somos repórteres o Deputado Algaci Túlio com o seu Programa, eu com o meu Programa de televisão, a repórter Maria do Carmo.

Disse-me ontem uma pessoa quando eu chegava no Aeroporto, uma pessoa cujo nome eu não vou divulgar, mas que está também participando paralelamente da CPI. "Eles vão esperar assentar a poeira para depois atacar, vocês podem morrer à hora que menos esperarem"!

Eu estou correndo risco de vida, a CPI da corrupção está correndo risco de vida, Maria do Carmo, da "FOLHA DE LONDRINA" está correndo risco de vida, quer dizer que nenhum repórter agora pode denunciar alguma coisa, mais nada? Nós temos que calar a boca? Somos palhaços! Enquanto esse Cônsul na Rede Globo com um "diabo" de um mapa, com um pedacinho de pau mostrou lá um "negócio" que não tem, falando besteira, dizendo que está tudo bem, está tudo bonito, que o Porto de Paranaguá é lindo, que não tem contrabando, que está tudo certo. Ele quer dizer que na CPI da Corrupção todo mundo é palhaço?

Deu-me vontade de lhe dar um soco na televisão e arrebentar a cara deste cidadão. Não tenho o rabo preso com ele, quero que ele se dane, entenderam? Todos nós estamos denunciando, vamos para a televisão, a "Folha" denuncia. Agora um carro da "Folha de Londrina" vai entregar o jornal lá em Paranaguá, furam o pneu do carro. O funcionário entra para entregar o jornal, destróem o carburador do carro. Então não sei o que está acontecendo neste País. Fica aqui o meu voto de repúdio e quero que essa CPI da Corrupção e todos nós Deputados desta Casa, sigamos de mãos dadas, todos os Deputados são sérios, cada um tem o seu compromisso a assumir, cada um tem seus ideais a cumprir, isto aqui é uma Casa para ser respeitada, e ela vai ser respeitada. Enquanto eu puder defender esta Casa no rádio, na televisão, nas ruas, vou defender, porque esta Casa foi criada para lutar contra vagabundos, contra canalhas, contra assassinos, contra violentadores e principalmente contra aqueles que roubam, destroem a Nação brasileira.

Muito obrigado Senhores!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se para o Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa não pode abdicar da sua função fiscalizadora, visto que a função legislativa tende a manifes-

tar-se mais poderosa no controle e na fiscalização e nos atos do Executivo. É atribuição da Assembléia, na conformidade do artigo 21, inciso III, da Seção III, da Constituição Estadual, dispor sobre a dívida pública estadual e autorizar a abertura de operações de crédito.

A Mensagem 54/87, que esta Casa acabou de votar na semana passada é, no entendimento deste Deputado, totalmente inconstitucional nesse aspecto e noutros.

A Assembléia não pode delegar ao Poder Executivo poder ilimitado, como deseja o Sr. Governador, para contrair empréstimos até 1991.

O parágrafo primeiro do artigo 27 da Constituição Estadual é taxativo: "Não poderão ser objeto de delegação as matérias de competência exclusiva da Assembléia Legislativa, nem as leis que dependem da iniciativa do Poder Executivo". Acresce-se ainda o artigo 32, parágrafo terceiro, letra b, que fala da inconstitucionalidade das autorizações de créditos ilimitados.

Na análise do texto constitucional conclui-se claramente, sem nenhuma margem de dúvida, que a Assembléia tem a competência para dispor sobre a dívida estadual e não pode delegar essa competência ao Executivo.

A questão do endividamento do Paraná é sumamente grave. Quando o Sr. João Elísio concluiu o seu período governamental, foi à televisão e disse que a dívida andava em torno de 500 milhões de dólares. Quando o Sr. Álvaro Dias assumiu, foi à televisão e desmentiu o ex-Governador, e revelou que José Richa e João Elísio estavam deixando uma dívida externa superior a cem milhões de dólares.

Essa questão se apresenta tão grave que, se perguntássemos ao líder do Governo a quantas andam os números da dívida externa do Paraná, para não falar da dívida interna, provavelmente Sua Excelência não saberia responder de pronto, pois, recentemente, logo no início dessa legislatura, o líder do Governo disse que a questão da dívida era assunto de interpretação de assessorias, e falou que a dívida deixada por José Richa ficou em torno dos 400 e poucos milhões de dólares, mas logo em seguida o Governador Álvaro Dias foi à televisão e revelou o número de um bilhão e cem milhões de dólares...

Daí se conclui que nem os governistas sabem a quantas anda esta dívida. E mesmo assim, não querem fiscalizar o Executivo, que deseja poder endividar ainda mais o Paraná, até 1991.

Para refrescar a memória governista, é bom recordar que a Assembléia precisa manter vigilância sobre a questão dos empréstimos externos. Não que Álvaro Dias vá imitar José Richa, com o episódio Gara-

nhão, que levou do Tesouro do Estado a fabulosa soma de 2 milhões e 700 mil dólares, equivalente hoje, à bagatela de Cz\$ 135 milhões pagos, indevidamente, a título de comissões a picaretas do mercado de capitais. Cz\$ 135 milhões em comissões sobre empréstimos externos, o que evidencia que, pelo menos no governo anterior, campeava nesse setor a prática das comissões...

A Assembléia não pode abdicar da sua competência de estudar cada empréstimo pretendido pelo Governo, sua finalidade, sua correta aplicação sob todos os aspectos. É dever da Assembléia, e nenhum governismo, por mais apaixonado e cego que seja, pode levar os Srs. Deputados a fugirem da sua missão de indagar, inquirir, sindicatar as atividades das autoridades públicas, o emprego dos dinheiros públicos para o exato cumprimento da lei.

A Assembléia não pode se omitir à sua atribuição de fiscalizar o Poder Executivo, sob pena de receber a pecha de ter sido omissa a respeito da sua principal atribuição.

"As formas de conduta que levam ao desrespeito das leis e caracterizam crimes, tanto se manifestam pela ação como pela omissão". É sobre isso que ensina o grande jurista pátrio, Heleno Cláudio Fragoso, em suas "Lições de Direito Penal".

E, para avivar a memória governista, eis as palavras de Heleno Fragoso, solenemente repetidas neste plenário, pelo então líder governista e do PMDB, Deputado Nilso Sguarezzi, na sessão do dia 25 de outubro de 1983:

"Omissão é a abstenção da conduta devida, ou seja, a não realização de um comportamento positivo que o sujeito tinha o dever jurídico de praticar e a possibilidade de realizar".

Na hora da avaliação final da mensagem autoritária n. 54/87, à qual me referi, e que deu poderes ilimitados até 1991, para o Governador do Estado, vejamos quem se omitiu nesta Assembléia, a fim de separar o joio do trigo, e, para que o povo do Paraná possa saber que a omissão de alguns Deputados quanto às suas atribuições e competências não pode ser atribuída à totalidade desta Assembléia, onde vejo que muitos dos Srs. Deputados mantêm plena consciência do seu dever jurídico. Dever constitucional. Sejam dignos desse dever. É nossa obrigação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra, a representação da Frente Liberal. (Declina).

Havendo declinado, com a palavra a representação do PT. (Ausente).

Estando ausente, com a palavra a representação do PDT.

Com a palavra, o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De repente, o governo descobriu um bo-
de expiatório, para a manifestação popular
contra o Presidente Sarney, no Rio de Ja-
neiro.

E como já aconteceu das vezes anterio-
res, os culpados que o governo encontrou
são os mesmos, ou seja, quando não o PT, a
CUT ou o PDT.

Quando ocorreu o badernaço de Brasi-
lia, o governo chegou à mesma conclusão, e
depois teve que engolir a seco suas acusa-
ções.

Ficou provado que o badernaço fora
provocado por pessoas ligadas ao próprio
governo, ligadas à ditadura militar e in-
teressadas em tumultuar a vida política do
nosso País.

Quando houve a greve dos canavieiros,
na cidade de Leme, Estado de São Paulo,
foi morto a tiros um trabalhador. Na mesma
hora o porta-voz do Palácio do Planalto e
também o Ministro da Justiça se apressaram
em acusar o Partido dos Trabalhadores pelo
assassinato.

Mais uma vez caía a máscara do Gover-
no, quando ficou provado que o tiro que
tirou a vida do operário, saiu do revólver
pertencente à própria polícia. Agora nova-
mente a história se repete. O Governo está
fazendo o maior alarde, gritando aos qua-
tro cantos, que tentaram assassinar o Pre-
sidente da República, que tentaram matar o
Presidente com uma picareta.

Ora, minha gente, quando alguém quer
matar alguém usa uma arma, um revólver.
Usa uma arma com silenciador, ninguém em
sã consciência vai tentar matar alguém
dentro de um ônibus, usando uma picareta.

Essa versão do atentado, evidentemen-
te, não convence. Está parecendo mais uma
picaretagem oficial de gente que está mal
intencionada e além disso, onde é que es-
tava a segurança do Presidente na hora do
atentado? Onde é que estavam os treinadí-
ssimos guarda-costas do Presidente? Onde é
que estavam os soldados da Polícia Militar
do Estado do Rio de Janeiro? Onde é que
estavam os soldados do Exército, que esta-
vam reforçando o esquema de segurança? Co-
mo é que puderam chegar tão perto do Pre-
sidente e quebrar o vidro da janela do ôni-
bus? Como é que depois de quebrar o vidro,
este atacante, até agora não identificado,
pode fugir sem ser molestado e sem ser
visto por ninguém da segurança? Também não
está explicada a história da motocicleta
da Polícia, que coincidentemente enguiçou
na frente do ônibus e impediu que ele
saisse rapidamente do local, em segurança.
Também não está explicado por que,

após a primeira manifestação hostil em frente à Academia Brasileira de Letras, a segurança não foi reforçada no local da segunda cerimônia a que o Presidente deveria comparecer.

Antes de acusar o PDT, antes de acusar o PT, antes de acusar a CUT de ter patrocinado um atentado à vida do Presidente, o Governo deveria investigar todas essas questões que acabei de relacionar, e tentar achar, entre os seus próprios membros - quem sabe até -, o culpado ou os culpados por aquele atentado.

Essa história está com o mesmo jeito e com o mesmo cheiro das histórias dos atentados às bancas de jornais, do atentado do Rio-Centro, do assassinado do operário ocorrido na cidade do Leme, em São Paulo, do badernaço em Brasília e de tantas outras conclusões que ocorreram neste País, e em que o Governo joga culpa, como sempre, na Oposição.

E a prática mostrou que em todas as vezes, os verdadeiros culpados, os baderneiros os terroristas, tinham alguma ligação com órgãos do Poder.

Nós que militamos na oposição, no PDT, não podemos aceitar tranqüilamente as acusações de terrorismo, não podemos aceitar as acusações gratuitas, apressadas e visivelmente mal intencionadas. O que nós exigimos é uma apuração decente dos fatos. O que nós exigimos é uma apuração acompanhada por órgãos independentes, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e outros órgãos. Se o Governo procurar direitinho, quem sabe desta vez também encontre os verdadeiros culpados no meio da própria gente que rodeia o Governo.

O PDT repudia o atentado, o PDT não concorda com o que aconteceu com o Presidente, mas também o PDT não concorda com que Partido seja usado como instrumento praticante desta ação. Nós não concordamos quando se chega a dizer que o ex-Governador Leonel Brizola tenha programado esta manifestação no Rio de Janeiro.

O ex-Governador Leonel Brizola não tem culpa de nada do que aconteceu. Se no meio do "badernaço" foi encontrado um ex-assessor do Governador, também poderia estar nesse meio alguns ex-assessores de governadores, de elementos ligados ao PMDB, ao PT, à CUT, como naturalmente estariam, mas nenhum deles, tenho certeza absoluta, teria tido uma participação direta na tentativa de um atentado a Sua Excelência o Presidente da República.

Fica aqui manifestada a posição do PDT. O Partido não aceita, de forma alguma, qualquer tipo de "badernaço", não aceita que lhe seja atribuído qualquer atentado a Sua Excelência o Presidente da República. O PDT não aceita agora a pecha

de ser ele, de ser o ex-Governador Leonel Brizola, responsável pelo "badernaço" e pelo terrorismo praticado contra o Presidente da República, José Sarney.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Eu agradeço a Vossa Excelência pelo aparte, e gostaria, ilustre Deputado, de lembrar a Vossa Excelência que as denúncias quanto ao atentado contra o Presidente da República, partiram de membros do Partido de Vossa Excelência. Não foi ninguém do PMDB, ou do PFL, que denunciou as pessoas envolvidas, isto segundo a imprensa do Brasil - na qual eu acredito e à qual dou credibilidade, e que hoje tem a liberdade de manifestação graças à luta e o caminho e a arrancada do ex-MDB e hoje PMDB, trazendo este País de volta à democracia.

Agora Vossa Excelência, ilustre Deputado, há de convir que, se não houve tanta segurança, é por que nós estamos tentando pelo menos viver num regime democrático, onde os homens que representam a população, tenham a liberdade de ir e vir. E nós, que estamos em busca de liberdade, de democracia, não podemos confundir a liberdade com baderna.

Eu lamento, ilustre Deputado, esse episódio que ocorreu no Rio de Janeiro, tanto por parte do Partido de Vossa Excelência, como por parte da Presidência da República. Eu não estou aqui defendendo a pessoa do Presidente José Sarney. Eu acho que qualquer um que estivesse investido no cargo de Presidente da República, pelo menos tem que ser respeitado, obedecendo-se a Constituição Federal.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Dirceu Manfrinato. Ao que me parece, seu aparte me dá a entender que Vossa Excelência estava lá no momento do "badernaço", pois diz que os elementos que praticaram o atentado ao Presidente são elementos do meu Partido. Naturalmente Vossa Excelência deve então conhecer alguns elementos do meu Partido para afirmar categoricamente - como acabou de afirmar - que são elementos do PDT.

O Sr. Dirceu Manfrinato - A imprensa afirmou, ilustre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Lamento profundamente que Vossa Excelência tenha se equivocado mais uma vez, querendo antecipar um juízo que até agora não se tem em mãos.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não me equivoquei. A imprensa diz, ilustre Deputado.

do. Não fui eu; foi a Polícia Federal e a Imprensa que o disseram.

O SR. ALGACI TÚLIO - Lamento profundamente.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Nobre Deputado Algaci Túlio, nós queremos que o seu pronunciamento seja o pronunciamento da nossa bancada, uma vez que também somos solidários à sua posição de que não participamos de badernas. Nós somos um Partido Democrático Trabalhista, um Partido que procura trazer e fazer a sua oposição dentro dos limites legais. Repudiamos o atentado ou a tentativa de atentado contra o Presidente José Sarney, e achamos que esse não é o caminho viável de, forma alguma para se conseguir algo. Quanto às notícias formuladas pela imprensa, nós respeitamos a imprensa brasileira como um todo. Nós não podemos aceitar é a posição de ministros do Governo querendo imputar isso a um elemento que foi ou é ligado ao PDT. Não se trata de um elemento, no PDT existem muitos Deputados Federais, Estaduais, Vereadores pelo Brasil afora. O PDT é um Partido que está totalmente em ascensão, não através de badernas, mas através de um trabalho sério procura levar o seu programa à população. E é por isso que o PDT incomoda muitas pessoas hoje no Brasil, e qualquer coisa que ocorre nesse País logo lhe é atribuído.

Mas nós, pedetistas, sabemos que isso é apenas uma manobra para jogar na lama o nome do nosso grande líder, que é o ex-Governador Leonel Brizola.

Nós continuamos com o povo e estaremos sempre ao lado do povo, como estivemos contra o Plano Cruzado e outras coisas que arrebataram este País.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero lamentar profundamente que o PMDB que tanto criticou a Lei de Segurança Nacional, hoje através de seu Líder maior, Senhor Ulysses Guimarães, venha falar da necessidade do uso da Lei de Segurança Nacional. É o fim da picada depois da picaretagem.

Muito obrigado.

O Sr. Valderi Mendes Vilela (Pela Ordem) -
(Assentimento) - Só para registrar a presença nesta Casa de Senhoras donas de casa preocupadas com o aumento do custo de vida que vêm aqui hoje fiscalizar e nos cobrar as autorizações que demos ao Governo do Estado pelos empréstimos que serão realizados no futuro. Nós queríamos que esta Casa registrasse a presença destas

Senhoras hoje, Senhor Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do PMDB também se associa à mulher brasileira preocupada com os desmandos que ocorrem neste País e no combate aos donos de supermercados que fazem desaparecer da prateleira os produtos que devem alimentar esta Nação. Mas, ao ocupar a tribuna, Senhor Presidente, hoje o faço para lembrar e para refrescar a memória daqueles que parece, não querem enxergar; os que estão com os olhos vendados e por isso mesmo sem condições de ver aquilo que se está fazendo aqui no Paraná.

Negar-se que tem sido o Governo de maior aplicação da lei na História do Paraná, é o mesmo que dizer sim aos desmandos ocorridos no passado. Abster-se de conhecer o que está fazendo em termos de Paraná o Governador Álvaro Dias, é fazer coro ou dar aplausos àqueles que só souberam corromper neste Estado do Paraná.

A Reforma Administrativa prometida está sendo cumprida pelo Governador Álvaro Dias. Os primeiros atos, inclusive, no seu Governo, foram com referência a esta Reforma Administrativa. Para refrescar a cabeça, é necessário lembrar que os agricultores do Vale do Ivaí, aqui tendo como representantes os Deputados Orlando Pessuti, Domingos Scarpellini e outros brilhantes Deputados desta Casa, foram atendidos quando estavam à beira do sufoco. Pequenos, médios microempresários foram atendidos com dilação de prazo das suas dívidas, com juros menores e com parte da correção monetária eliminada. Motivo pelo qual, causa-me estranheza e preocupação o pronunciamento de um Deputado que sempre tive na mais alta conta nesta Casa, que é o Deputado Basílio Zanusso.

Mas, vou mais além. Concederei o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato em seguida. Vou mais além, lembrando que houve, como nunca na História do Paraná, aproveitando na COPEL, no BANESEADO, na SANEPAR, no BADEP, dos próprios funcionários, para evitar que se onerassem os cofres públicos deste Paraná.

Os "marajás", apoiados muitas vezes aqui nesta Casa por Deputados que ocuparam sempre a Situação, foram denunciados para que não só o Paraná os conhecesse, mas também o Brasil tomasse ciência do que aqui se faz, do que aqui se aplica, e da moralidade imposta pelo Governo Álvaro Dias, com o fim da impunidade, impunidade que é marca registrada neste País.

E vejam bem, foi feliz, não me recordo se foi o Deputado Algaci Túlio, ao lembrar que a impunidade é conhecida neste País. Não vai preso o dono do supermercado, não vai preso banqueiro, mas o bancário vai.

Além disso, a apuração de todos os desmandos cometidos ontem e hoje, não partiu de nenhum Deputado da Oposição, nem do PFL, do PDT e do PT. Respeito todos os partidos, mas devo dizer que foram sindicâncias do próprio Governo do PMDB, na PROMOPAR, na FUNDEPAR - onde ocorreu esta verdadeira vergonha com a merenda escolar apodrecida nos depósitos do Estado. Há as sindicâncias no IAM, no Porto de Paranaguá, com demissões de diretores e funcionários implicados em corrupção, com os inquéritos policiais e administrativos correndo normalmente. Assim também acontece no DER, IPE, onde se denuncia hoje, quando foi o próprio Governo do PMDB que levantou a questão e a Polícia Técnica vai se pronunciar no exame grafotécnico, para que se apure, definitivamente, se há ou não responsabilidade. Na CLASPAR, onde houve um verdadeiro escândalo, não foi nenhum Partido de Oposição que denunciou e sim o próprio PMDB, foi o próprio Governo da moralidade e da verdade implantada por Álvaro Dias, e apoiado por uma Bancada séria e disposta a trabalhar.

Mas, não se fica apenas na denúncia, na apuração de fatos e prisão de corruptos. Não!

O Governador está realizando a Ferrovia da Produção, tão necessitada e reivindicada e que em breve será uma realidade neste Paraná. O ensino gratuito que está no programa do PMDB e constava do Programa do PMDB, o Governador o anunciou no final da semana dizendo que em 1988 as Universidades Estaduais do Paraná não cobrarão mais! É a oportunidade que muitos que aqui estão tiveram no passado, e que não existe no presente, como ensino caro, de frequentar bancos universitários de graça. É um imposto, é bem verdade, mas para a Faculdade e Universidade não vai se pagar. O pobre e o rico terão as mesmas oportunidades. Esta é mais uma promessa que será cumprida e que a partir de 1988 estará sendo implantada pelo Governador Álvaro Dias.

Já foram construídos mais de onze mil casas populares em contratos e convênios assinados com a Caixa Econômica Federal, em menos de cem dias de Governo! Há também os programas de atendimento a todos os municípios do Paraná. Ainda no meio da semana passada, mais de duzentos e cinquenta Prefeitos estiveram no Palácio Iguazu, quando Cz\$ 411 milhões foram liberados para atendimento aos pequenos municípios do Paraná.

Não dar importância a tudo isto, é não

querer enxergar a verdade!

As microbacias, tão importantes, estão aí com os convênios sendo lembrados dia após dia.

Cito ainda Paranaguá, com o aumento do cais em mais de 350 metros, onde o projeto está concluído e as obras deverão ser iniciadas ainda neste ano de 1987.

A Bancada do PMDB não tem, talvez, a mesma formação, a mesma cultura, os mesmos conhecimentos do preclaro Deputado Basílio Zanusso.

Mas, a Bancada do PMDB conhece o que deve o Estado do Paraná, tem os números, porque a nossa Bancada reúne-se semanalmente, discute e sabe o que faz.

Temos para resgatar uma dívida - se posso ajudá-lo Deputado - hoje de 340 milhões de dólares de dívida interna, sendo que é de 834 milhões de dólares a nossa dívida externa. O serviço da dívida para este ano de 1987 é de 276 milhões de dólares, portanto, com a metade desse compromisso já saldado e compete ao Senado Federal ver a legalidade, os limites e a tecnicidade, porque não, do endividamento do Estado do Paraná.

Não podemos calcular simplesmente, demagogicamente, ou com a maquininha de calcular qual a dívida que pode ser feita ou não.

Agora, fala-se que foi dado um cheque em branco ao Governador Álvaro Dias. Não. Foi dado, isto sim, o respaldo da Assembleia Legislativa, da Bancada do PMDB a um Governador sério, que trabalha com a verdade e pela moralização do Estado do Paraná. Esta Bancada, se houver algum erro, vai cobrá-lo. Mas temos plena convicção de que há hoje um Governador respaldado pela grande maioria do povo do Paraná e por isso mesmo realizará um governo memorável para ficar na história e nos anais deste Estado.

Fico devendo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato e ao Deputado Basílio Zanusso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 39 Srs. Deputados:

Sobre a mesa, Mensagem n. 85/87, de autoria do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentar do País durante os períodos que forem necessários, até o final do corrente ano. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente

de sessão anterior. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoioamento. - **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 27/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 09/87), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de ITAÚNA DO SUL, IBIPORÃ, MORRETES, INÁCIO MARTINS, CAMPO LARGO e RIO AZUL, nas datas e com os objetivos que especifica. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 16, de 17.03.87, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 28/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 22/87), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, com as datas e objetivos que especifica. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 16, de 17.03.87, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 29/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 41/87), que aprova Convênios e Termo Aditivo celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com objetivos, datas e Municípios que especifica. - (Public. no D.A. n. 40, de 29-04.87, Mensagem).

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 75/86, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre alteração dos limites e confrontações do Município de Cantagalo, criado pela Lei n. 7575, de 12.05.82, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA, e da C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 239/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o inciso II do Artigo 20, da Lei n. 7051, de 04.12.78. Eleva para quarenta e cinco (45) anos a idade para inscrição em concurso do CRE. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. (Em anexo Projeto de Lei n. 22/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, versando sobre a mesma matéria). EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o adiamento por cinco (05) sessões, da discussão e votação para o Projeto de Lei n. 239/86, constante da Ordem do Dia de hoje. - **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão e votação do referido projeto, por cinco (05) sessões.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 278/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que dispõe sobre a elevação do número de cadeiras da Câmara Municipal de Toledo, que passa a contar a partir da próxima legislatura, com 17 (dezesete) Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 73/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE BELÉM - RÁDIO CULTURA, com sede na cidade de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 329/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dá nova redação e acresce parágrafo ao artigo 16, da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, conforme especifica. (Abertura do Concurso, reservando 50% das vagas concedidas aos policiais civis pertencentes ao Quadro da Polícia Civil do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e Comissão de Segurança, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. n. 139/85, de 05.12.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 329/85

P A R E C E R:

O presente plano de lei complementar, tem por finalidade dar nova redação e acrescentar parágrafo ao Art. 16, da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, conforme especifica.

Quer nos parecer que a medida é bastante justa pois pretende reservar aos Po-

liciais Civis do Quadro da Polícia Civil do Estado, que estejam, no momento da instalação de um Concurso Público para aqueles quadros, habilitados, um determinado número de vagas estipulado em 50% das vagas totais, corrigindo distorções e injustiças funcionais; bem como dar prioridade, no tocante às vagas restantes, aos candidatos que comprovarem domicílio eleitoral de cinco (05) anos, neste Estado, medida está já adotada em outros Estados da Federação.

O Decreto-Lei n. 2.280, de 16/12/85 dispõe sobre Concursos Internos, abrindo precedente formal, no sentido de dar prioridade aos funcionários que atualmente prestam serviços como contratados para "desempenho de atividades de caráter permanente e retribuídos com recursos de pessoal".

Os requisitos formais e regimentais estão aqui presentes, inexistindo qualquer óbice ao prosseguimento da marcha processual do Projeto, razão por que opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente e Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N: 329/85

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Rubens Bueno, dá nova redação e acresce de parágrafo ao artigo 16 da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, conforme específica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, examinando o presente Plano de Lei em tramitação, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação por estarem presentes os requisitos formais e regimentais necessários à propositura do Projeto.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o mérito da matéria, temos que, de acordo com a Justificativa apresentada, a proposição visa beneficiar funcionários que já compõem o Quadro de Pessoal da Polícia Civil, corrigindo, assim, distorções e injustiças funcionais.

Sendo assim, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.87

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PROJETO DE LEI N. 329/85

SÚMULA: "Dá nova redação e acresce parágrafo ao art. 16 da Lei Complementar n.

14, de 26.05.82, conforme específica".

INICIATIVA: Deputado RUBENS BUENO

Para análise desta Comissão de Segurança, Projeto de Lei de iniciativa do nobre Deputado Rubens Bueno, que tem por objetivo, no caso da abertura de concurso dentro do quadro da Polícia Civil, reservar 50% das vagas aos seus integrantes. Para tanto, dá nova redação e acresce parágrafo ao art. 16 da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná.

A proposição recebeu parecer favorável quanto à sua constitucionalidade e legalidade. No que respeita a esta Comissão, entendemos que o Projeto é dos mais meritórios, de vez que, além de corrigir distorção através de um tratamento justo àqueles funcionários que, por méritos próprios, se reciclam através da obtenção de diploma de nível superior, com a intenção de galgarem degraus na escala hierárquica funcional e, como bem diz a justificativa do Projeto, "tem de enfrentar nas mesmas condições dos demais candidatos, um concurso para carreiras de nível superior ...". Além disto ainda oferece condições à Polícia Civil, através do dispositivo constante do novo parágrafo que, pretende-se, seja introduzido na lei, - de compor seu quadro com pessoal comprometido com a realidade paranaense e propensos a por esta lutar, longe do suborno e da corrupção.

O Parecer deste Relator é pela aprovação do presente Projeto de Lei, lamentando-se apenas que matéria de tamanha envergadura e que, indiscutivelmente, terá reflexos positivos para os integrantes da Polícia Civil, tenha permanecido por tanto tempo sem que esta Casa tenha se pronunciado - em 5 de dezembro de 1985 foi dada entrada do Projeto na Mesa da Assembléia. E ainda porque não há justificativa para não apreciação de processo em Regime de Urgência - conforme consta de documento constante às fls. 31 do processado, e que em atenção a dispositivo regimental (art. 105 e seguintes), deveria ter sido apreciado de imediato, já que requerimento nesse sentido fora aprovado pela Casa.

O PARECER É FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 11.06.87.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir) Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós já temos dito aqui que, aliás, essa é a nossa área de atuação profissional, temos dito que dentre os muitos problemas enfrentados pela comunidade, a segurança

aparece como o maior. Segurança para comunidade é prioridade total. Como segurança é também um dos maiores senão o maior desafio para a administração pública. Mormente agora que vive o nosso País uma das piores crises sociais já registradas em nossa história. E em tudo surge o fator segurança.

E se fôssemos discutir a segurança propriamente dita, iríamos aqui desta tribuna desfilar um rosário de acontecimentos lamentáveis que marcaram Curitiba nestas últimas horas, nestes últimos dias.

Os bárbaros assassinatos, os assaltos e tantos outros crimes que diariamente violentam a população.

Mas, estamos discutindo um projeto de lei de iniciativa do então Deputado Rubens Bueno, afastado desta Casa para ocupar a Secretaria de Estado do Trabalho.

E a propósito sentimos que mais do que nunca é preciso se valorizar o policial. Se queremos tê-lo na segurança à altura desta Cidade, deste Estado é preciso que se dê esta condição ao policial, seja ele civil, seja ele militar.

Primeiro porque todo profissional, o homem, precisa ser valorizado para que o seu trabalho tenha um rendimento adequado ao ofício, à função que ele exerce.

Segundo, porque no momento atual, eu repito mais uma vez, o Brasil vive talvez a sua mais aguda crise social.

A nossa economia que aos solavancos ia descendo ao fundo do poço, agora pegou impulso e rolou de vez.

Não se sabe a fundura deste poço, mas dá para sentir que estamos chegando ao seu fim. Ninguém mais agüenta. É pobre, é a classe média - que nem existe mais - é o remediado, está todo o mundo gritando. E o pobre já se tornou um miserável. O rico está vendo até com uma certa aflição os seus bens ameaçados e é a falência todo o dia. O remediado, coitado, a famosa classe média, que é o sustentáculo do país, está dia-a-dia mais sufocada.

Até onde vamos aguentar esta situação? Então em função desse problema todo que se cria, evidentemente que nós temos uma crise social, ela se reflete na crise da segurança, na segurança de todos nós, no aumento dos assaltos, enfim, no aumento da criminalidade de uma forma geral.

Estão aí os jornais de ontem de hoje estampando crimes e mais crimes bárbaros em Curitiba. Então é preciso que se valorize a classe policial para que se possa cobrar dela um trabalho à altura de todos nós.

Vejam, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a violência grassa solta e neste momento mais do que nunca a figura do policial é colocada em evidência. E não é ele o policial, não é ele que vai resolver

o problema social. É evidente que a solução e a origem deste problema está muito além de se possuir uma polícia estruturada e atuante, e ainda hoje falava no meu programa na Rádio Independência o Secretário de Segurança Pública, o Dr. Noronha, mencionando as metas do governador Álvaro Dias, da vontade do Governador em acertar, porque lamentavelmente, entra governo, sai governo, muda Secretário, entra Secretário e a ladainha é sempre a mesma. Cada um entra com uma filosofia, mas na prática isto não se completa.

Então agora, mais do que nunca surge essa possibilidade de uma política de segurança e nós, mesmo sendo Deputado de oposição, acreditamos na vontade do Governador em acertar.

Por isso eu espero e conclamo até a Bancada do PMDB a votar favoravelmente ao projeto para que depois, na sequência, Sua Excelência o Senhor Governador não venha vetar esse projeto, que é por demais importante para a classe policial.

É bom que se diga do que é que se trata este projeto de iniciativa do ex-Deputado Rubens Bueno. Ele dá nova redação e acresce parágrafo ao artigo 16, da Lei Complementar 14, de 26 de maio de 1982, conforme especifica. Então, para a análise da Comissão de Segurança Pública, projeto de lei de iniciativa do nobre ex-Deputado Rubens Bueno, que tem por objetivo no caso de abertura de concurso dentro do quadro da polícia civil, reservar 50% das vagas aos seus integrantes. Para tanto, dá nova redação e acresce parágrafo ao artigo 16 da Lei Complementar 14, de 26 de maio de 1982. A proposição recebeu parecer favorável quanto a sua constitucionalidade e legalidade. No que respeita a esta Comissão, a Comissão de Segurança, que tem como Presidente o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti e este Deputado como vice, que tem a integrá-la os Deputados Raul Lopes, Alexandre Ceranto, Pirajá Ferreira e outros companheiros, esta Comissão entende que o Projeto é dos mais meritórios, de vez que, além de corrigir distorção através de um tratamento justo àqueles funcionários que, por méritos próprios, se reciclam através da obtenção de diploma de nível superior, com a intenção de galgarem degraus na escala hierárquica funcional, e, como bem diz a justificativa do projeto, tem de enfrentar nas mesmas condições os demais candidatos no concurso para carreira de nível superior.

Além disso, oferece, ainda, condições à Polícia Civil, através do dispositivo constante do novo parágrafo, que pretende-se seja introduzido na lei, de compor seu quadro com pessoal comprometido com a realidade paranaense e propensos a lutar por esta, longe do suborno e da corrupção.

O parecer deste relator é pela aprovação do presente projeto de lei, lamentando-se apenas que matéria de tamanha envergadura, e que, indiscutivelmente, terá reflexos positivos para os integrantes da Polícia Civil, tenha permanecido por tanto tempo sem que esta Casa tenha se pronunciado. Em 5 de dezembro de 1985, foi dada entrada do Projeto na Mesa desta Assembleia, e, ainda porque, não há justificativa...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa interrompe a explanação de Vossa Excelência para comunicar que há um requerimento sobre o mesmo Projeto, adiando por 10 dias a sua Discussão.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Com o voto contrário deste Deputado, Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa considera Vossa Excelência inscrito para o prosseguimento da discussão, quando retornar à Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu gostaria apenas de concluir então, Senhor Presidente.

Lamento profundamente que, no exato momento em que eu cobrava o fato de que este Projeto está desde 1985 parado, agora o fica por mais 10 sessões, talvez só voltando à pauta, em agosto, ou então, "quando setembro vier"!

É lamentável porque quem perde com isso é a própria segurança.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 99/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 56/86), que objetiva alterar a redação do Art. 40, da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, modificado pela Lei Complementar n. 19, de 29.12.83. (Altera critérios de Promoção da Polícia Civil- por antiguidade e merecimento). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Segurança e emenda Aditiva da mesma, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no DA. n. 40/86, de 08.05.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 99/86

PARECER:

O presente Plano de Lei, encaminhado a esta Augusta Casa de Leis, por sua Excelência o Senhor Governador do Estado, através da Mensagem n. 56/86, objetiva alterar a redação do Artigo 40, da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, modificado pela Lei Complementar n. 19, de 29.12.83. (Altera critérios de Promoção da Polícia

Civil- por antiguidade e merecimento).

Colhe-se dos termos da justificativa palaciana que a medida em exame trará maior estímulo para a classe policial civil, diante da amplitude de novos horizontes na progressão funcional.

A proposta governamental, sensível a necessidade de redignificação do policial, política adotada na Secretaria de Estado da Segurança Pública, mediante ações e programas voltados para o homem que milita nas organizações vinculadas a esta Pasta que, como cidadão componente do grupo social, não recebeu o devido reconhecimento pelos governos filiados ao regime anterior.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável, situando-se seu objeto na esfera da atuação do Poder Executivo, inexistindo, dessa forma, óbice à aprovação do presente projeto.

O parecer é, pois, FAVORÁVEL, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.06.86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente e Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 99/86

PARECER:

O Projeto de Lei Complementar em exame, oriundo da Mensagem Governamental n. 56/86, tem por finalidade alterar a redação do Art. 40, da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, modificado pela Lei Complementar n. 19, de 29.12.83, (Altera critérios de Promoção da Polícia Civil - por antiguidade e merecimento).

O Plano de Lei em tela, em sua parte legal e constitucional já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei nesta Colenda Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS
Presidente e Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 99/86

INICIATIVA: Poder Executivo

SÚMULA. "Objetivando alterar a redação do Art. 40, da Lei Complementar n. 19, de 29.12.83 (Altera critérios de Promoção da Polícia Civil - por antiguidade e merecimento).

Para exame desta Comissão, Projeto de

Lei que visa alterar a redação do art. 40 da Lei Complementar n. 19, de 29 de dezembro de 1983, adaptando-o às disposições da Lei Complementar n. 51, de 20 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a aposentadoria do policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal. A iniciativa é originária da Mensagem Governamental n. 99/86.

A função policial é uma das mais espinhosas, considerando que a segurança pública é hoje um problema que desafia todos os poderes constituídos. Como tal, exige dos organismos policiais uma dedicação diuturna, o que leva seus integrantes a cumprir tarefas redobradas por um mesmo salário, via de regra aquém das suas necessidades. Desta forma, quando o Legislativo Federal baixa norma tendente a beneficiar o policial mediante, como bem diz a Mensagem Governamental "ações e programas voltados para o homem, que milita nas organizações vinculadas à Pasta da Segurança", compete ao Legislativo Estadual referendar. Desta forma, contribuirá para que possa a valorosa classe policial civil usufruir da possibilidade de progredir funcionalmente.

A proposição merece Parecer Favorável desta Comissão, por ser de mérito e de justiça, todavia, causa estranheza a este Relator que o Projeto de Lei vindo do Executivo contenha flagrante falha técnica legislativa. Qual seja, a falta de ementa. Razão pela qual, na tentativa de aperfeiçoar tão meritória proposição, apresentamos a seguinte

EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI N. 99/86

Adite-se ao Projeto de Lei a seguinte Ementa:

"Altera a redação do Art. 40, da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, modificando pela Lei Complementar n. 19, de 29.12.83".

Isto posto, tem o processo condições de seguir seu trâmite regimental.

O Parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.06.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente e Relator.

Apoiamento: Sabino Campos, Raul Lopes e Pirajá Ferreira.

^a
1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 297/86, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Wenceslau Braz, o imóvel de sua propriedade, constituído de um lote com área de 300,00 m., conforme transcrição n. 9083, Livro 3-S, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.,

C.F., e C.T.I.C., por unanimidade. Aproveado. (Publ. no DA. n. 153/86, de 17.12.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 297/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Wenceslau Braz o imóvel de sua propriedade, constituído de um lote com área de 300,00m, conforme transcrição n. 9083, Livro 3-S, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz.

A competência para a sobredita doação é da Assembléia Legislativa com a Sanção do Governador, conforme o estabelecido no Art. 21, inciso VIII, alínea "C", da Constituição do Estado do Paraná.

A medida proposta atende os interesses da administração, sendo assim nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

O Projeto de Lei n. 297/86, de autoria do eminente Deputado Edmar Luiz Costa, propõe que o Poder Executivo Estadual doe um imóvel de sua propriedade ao município de Wenceslau Braz, constituído de um lote de área de 300 m., conforme transcrição n. 9083, Livro 3-S, do Registro de Imóveis de Comarca de Wenceslau Braz.

A presente proposta encontra respaldo na Constituição Estadual vigente e, sob prisma desta outra Comissão, nada tem a que se opor, visto a transação ser efetuada entre organismos públicos.

Somos de parecer favorável à presente doação, garantindo-se o seu uso para estrita necessidade do poder executivo municipal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

ALEXANDRE CERANTO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 297/86

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Wenceslau Braz o imóvel de sua propriedade, constituído de um lote com área de 300,00m, conforme

transcrição n. 9083, livro 3.S, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz.

A presente proposta foi apreciada pelas Doulas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, recebendo destas pareceres favoráveis.

Assim sendo, visto que a proposta atende os interesses da Administração Estadual, opinamos favoravelmente pela APROVAÇÃO do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 55/87, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCÂNTARA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA - APMI", com sede e foro no município de São João. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 42, de 04.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 055/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado LAURO LOBO ALCÂNTARA, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a "Associação de Proteção a Maternidade e Infância - APMI" com sede e foro no Município de São João.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 62/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor ROSÁRIO FARANI GUÉRIOS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado (Public. no D.A. n. 45, de 07.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 62/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Rosário Fa-

rani Mansur Guérios.

Este plano de lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei n. 5638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de título de cidadania paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

DAVID CHERIEGATE - Relator

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Rodrigues de Moraes, ocorrido no dia 29 de junho do corrente ano, nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leocádia Francisca Grochoski, ocorrido no dia 24 de junho do corrente ano, nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Rodrigues de Moraes, ocorrido no dia 29 de junho do corrente ano, nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 214/86, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Ivaiporã. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Rodrigues de Moraes, ocorrido no dia 29 de junho do corrente ano, nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente Nacional da ABRAVE, pela luta em favor do consumidor brasileiro, derrubando o empréstimo compulsório sobre veículos e aumentando o prazo de financiamento, aliviando a crise da indústria automobilística. - Aprovado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo o chamamento e consequente nomeação dos professores remanescentes do "Concurso Público" para ingresso no Magistério - Nível de Atuação 1. à 4. Séries, realizado em 1985. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFE do Paraná, por intermédio da Secretaria da Agricultura, visando a implantação de um Posto Avançado daquela Companhia, no Município de Paigandu. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo a implantação do Escritório Regional no Município de Cianorte. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Trabalho e Ação Social, visando auxílio financeiro para a APMI do Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a reconstrução de uma ponte na estrada denominada "Pinguim", ligando os Municípios de Maringá e Floresta. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Srs. Governador do Estado e Diretor-Presidente do BANESTADO, visando a criação de uma linha de crédito que possibilite, em condições compatíveis com as atividades do segmento da microempresa, a negociação global de sua dívida. - Em discussão. Em votação.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expedien-

te de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da matéria intitulada "Cheque em branco", publicada no jornal "Correio de Notícias". - Em discussão. Em votação.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à nova Diretoria do Diretório Central dos Estudantes - DCE, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o recapeamento da PR-323 no trecho entre os Municípios de Maringá e Cianorte. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, visando a implantação de um Posto Avançado do referido Banco, no Distrito de Água Boa, Município de Paigandu. - Em discussão. Em votação.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - (Pela Ordem) Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Dirceu Manfrinato, queiram levantar-se.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Qual o requerimento, por favor?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Eu acabei de ler, mas vou lê-lo novamente para Vossa Excelência.

(Lê o requerimento)

Dezoito Srs. Deputados aprovam.

Não há quorum para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando os Srs. Deputados a se reunirem no dia 1. de agosto do corrente ano, às 10:00 horas, para instalação do 2. Período de Sessões Ordinárias, da Primeira Sessão Legislativa da Décima-Primeira Legislatura.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N. 417/87 *

Os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, perceberão, a partir de 1.º de junho de 1987, como Subsídios Fixos e Variáveis, Sessões Extraordinárias e Ajuda de Custo, os seguintes valores:

SUBSÍDIOS FIXOS	7.292,78
SUBSÍDIOS VARIÁVEIS.....	24.228,80
SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS	2.422,88
AJUDA DE CUSTO (Anual)	16.093,89

DECRETO LEGISLATIVO N. 418/87

I - exonerar, a pedido, a partir de 1.º de junho de 1987, SIOMARA LOPES GOMIDE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria da Taquigrafia, da Diretoria Legislativa.

II - exonerar, a pedido, a partir de 1.º de junho de 1987, AGAR LEILA DE MENDONÇA MAGALHÃES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria da Taquigrafia, da Diretoria Legislativa.

III - prover, AGAR LEILA DE MENDONÇA MAGALHÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 1.º de junho de 1987.

IV - prover, MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 1.º de junho de 1987.

Palácio XIX de Dezembro, em 05.06.87.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

ANIBAL KHURY - 1.º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR - 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA N. 126/87

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que dispõe a Lei Federal n. 7.320,

R E S O L V E:

Comunicar aos funcionários desta Assembléia Legislativa, que não haverá expediente no dia 15 (segunda-feira), em razão da antecipação do feriado do dia 18.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N. 127/87

designar ROBERTO NOVAES e BOANERGES DE MENEZES CALDAS, ambos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviços de assessoramento junto à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o contrabando do soja, café e outros componentes.

PORTARIA N. 128/87

mandar contar, para efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de novembro de 1982, em favor de FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI, matrícula n. 516, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de sete (07) anos, sete (07) meses e treze (13) dias, conforme certidão em anexo, em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n. 282).

PORTARIA N. 129/87

constituir Comissão de Concurso, para o preenchimento de oito (08) vagas existentes na carreira e TAQUÍGRAFO B, deste Poder, sob a presidência do Diretor Geral, CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, e integrada por: Deputado CAÍTO QUINTANA, RITA SOARES BERTOLI, AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, ELOI MEZZADRI, MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, DOROTI VOLKMER LINHARES, MARILENA BUGANHA e ODETE MÜLLER.

(Protoc. n. 2676).

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.06.87.

PORTARIA N. 130/87

excluir da escala de férias, concedidas pela Portaria n. 186/86, as funcionárias abaixo relacionadas, todas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

NELITA RIBEIRO HARTMANN - Mat. 343

IZAÍR PEREIRA FLORES - Mat. 206

(Protoc. n. 2787).

PORTARIA N. 131/87

conceder a ADRIANE M. DE ARAÚJO PERPÉTUO, contratada deste Poder, licença-maternidade, de acordo com o Art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 01 de junho a 26 de agosto de 1987.

(Protoc. n. 5058).

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.06.87.

PORTARIA N. 132/87

conceder a JULIETA BERGER, funcionária contratada deste Poder, doze (12) dias de licença para tratamento de saúde, a partir

de 09 de junho de 1987.

(Protoc. n. 5166).

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.06.87.

PORTARIA N. 133/87

conceder a REGINA APARECIDA VERSOZA SI-MIÃO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da Liderança do Partido Liberal, três (03) meses de licença-maternidade, a partir de 22 de junho de 1987.

(Protoc. n. 5264).

PORTARIA N. 134/87

conceder a NEUSA GOMES GONÇALVES, funcionária contratada deste Poder, licença-maternidade, de acordo com o Art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 04 de junho a 27 de agosto de 1987.

(Protoc. n. 5263).

Gabinete da Diretoria Geral, em 16.06.87.

PORTARIA N. 135/87

mandar contar, para efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de CENIRA DOS SANTOS FREITAS, matrícula n. 194, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) anos, cinco (05) meses e vinte (20) dias, período compreendido entre 20 de setembro de 1950 e 09 de março de 1954, conforme certidão em anexo, tempo em que prestou serviços em atividade regida pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n. 4740).

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.06.87.

PORTARIA N. 136/87

mandar contar, para efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de JOSÉ ARY VALÉRIO, matrícula n. 392, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dez (10) anos, sete (07) meses e vinte e um (21) dias, período compreendido entre 07 de julho de 1951 e 31 de dezembro de 1962, (doc. anexo), tempo em que prestou serviços em atividade regida pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n. 4739).

PORTARIA N. 137/87

mandar contar, para efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, o tempo de sete (07) anos, sete (07) meses e

onze (11) dias, (doc. anexo), períodos compreendidos entre 01 de março de 1950 e 30 de junho de 1952, 01 de setembro de 1952 e 11 de junho de 1957, tempo em que prestou serviços em atividade regida pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960, em favor de DURVAL DAROS, matrícula n. 065, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 5562).

PORTARIA N. 138/87

mandar contar, para efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de DARIO FORTUNATO DARIF, matrícula n. 063, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de sete (07) anos, onze (11) meses e treze (13) dias, em que prestou serviços em atividade regida pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960, conforme certidão anexa.

(Protoc. n. 1986).

PORTARIA N. 139/87

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ANDRELINA CORREIA ALVES, matrícula n. 191, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 07 de setembro de 1981 e 07 de julho de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1979, 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro; e,
II - mandar contar, para efeito de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, o tempo de três (03) anos e três (03) meses, em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n. 3724).

PORTARIA N. 140/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art 150 da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ELEOVAN CESAR RIBEIRO, matrícula n. 373, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro

de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 01 de dezembro de 1980 e 01 de outubro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1980, 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n. 4566).

PORTARIA N. 141/87

transferir, para a partir de 01 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, referentes ao ano de 1987, a funcionária JACYRA MACHADO BINI, matrícula n. 208, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe B, Referência B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 3248).

PORTARIA N. 142/87

excluir da escala de férias, instituída pela Portaria n. 186/86, referente ao exercício de 1987, a funcionária ZENAIDE SILVA FILPO, matrícula n. 410, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 4524).

PORTARIA N. 143/87

transferir, para a partir de 01 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, referente ao exercício de 1987, aos funcionários ODETE MULLER, matrícula n. 016 e PEDRO PAULO BUENO DOS SANTOS, matrícula n. 005, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 4865).

PORTARIA N. 144/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de SERGIO ANTONIO

NIO SOUTO, matrícula n. 087, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 27 de maio de 1983 e 27 de março de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n. 4738).

PORTARIA N. 145/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de OPHIR FABELINO DE SOUZA, matrícula n. 483, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio, compreendido entre 15 de junho de 1978 e 15 de junho de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n. 4890).

PORTARIA N. 146/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS, matrícula n. 403, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio, compreendido entre 02 de fevereiro de 1978 e 02 de novembro de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1978, 1979, 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n. 4454).

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.06.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral